

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL****PROVA ORAL****PONTO 7 – DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO****QUESTÃO 1**

Considere a seguinte situação hipotética:

O COAF recebeu comunicações de determinada instituição financeira que alertavam a existência de transações de clientes nas quais havia indícios de lavagem de dinheiro. Buscando elaborar o relatório de inteligência, o COAF requisitou da instituição financeira dados que identificassem os clientes envolvidos nas transações. O banco forneceu as informações juntamente com os extratos bancários relativos apenas às operações suspeitas. De posse dos documentos, o COAF, após análise dos dados, concluiu haver indício da ocorrência da lavagem de dinheiro e compartilhou os relatórios de inteligência com o Ministério Público. A partir desses relatórios, o Ministério Público colheu provas, que revelaram a prática da lavagem de dinheiro.

A partir da situação narrada, considerando a disciplina atinente ao COAF, a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir.

- 1 Qual é a finalidade do COAF? Discorra acerca da autonomia do COAF e sua vinculação administrativa.
- 2 A instituição financeira agiu corretamente ao fornecer ao COAF as informações necessárias à identificação dos clientes e ao enviar apenas os extratos parciais relativos às operações suspeitas? O COAF pode quebrar o sigilo bancário e fiscal de clientes envolvidos em operações supostamente ilícitas?
- 3 O compartilhamento direto dos relatórios de inteligência pelo COAF com o Ministério Público enseja nulidade das provas que vierem a ser obtidas pelo *Parquet*?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

25. Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN): competências e procedimentos.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 (i) O COAF tem como finalidade receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de lavagem de capitais, (ii) aplicando as penas administrativas correspondentes. Atualmente, conforme a regência da Lei n.º 9.613/1998, (iii) de acordo com o disposto na Lei n.º 13.974/2020, o COAF “dispõe de autonomia técnica e operacional e vincula-se administrativamente ao Banco Central do Brasil.”

2 (iv) A instituição financeira agiu corretamente ao fornecer as informações que permitissem identificar os clientes, uma vez que, conforme previsto no art. 10, inciso V, da Lei n.º 9.613/1998 — norma que disciplina o COAF —, as instituições financeiras, além de outros agentes econômicos, “deverão atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.”. (v) O COAF não pode quebrar o sigilo bancário e fiscal por conta própria. (vi) O COAF atém-se unicamente às comunicações recebidas. Conforme óptica lançada pelo STF no julgamento do Tema n.º 990 de repercussão geral, o relatório de inteligência elaborado pelo COAF “se restringe às operações especificamente consideradas no alerta de suspeita da transação e, de toda a forma, não atinge a íntegra da movimentação financeira do cidadão (como ocorreria com a juntada de extratos bancários ou mesmo a descrição integral de todas as operações realizadas pelo cliente).”.

3 (vii) Não. Conforme tese fixada pelo STF no julgamento do Tema n.º 990 de repercussão geral, “(viii) É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF (COAF) e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil, que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, (ix) devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional”.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 1

Conceito 0 – Não emprega a linguagem de forma adequada.

Conceito 1 – Emprega a linguagem de forma mediana.

Conceito 2 – Emprega a linguagem de forma adequada.

Quesito 2

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 3

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 4

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 5.1

Conceito 0 – Não menciona corretamente nenhum dos aspectos (i), (ii), e (iii) destacados no padrão de resposta.

Conceito 1 – Menciona corretamente apenas um dos três aspectos.

Conceito 2 – Menciona corretamente apenas dois dos três aspectos.

Conceito 3 – Menciona os três aspectos corretamente.

Quesito 5.2

Conceito 0 – Não menciona corretamente nenhum dos aspectos (iv), (v) e (vi) destacados no padrão de resposta.

Conceito 1 – Menciona corretamente apenas um dos três aspectos.

Conceito 2 – Menciona corretamente apenas dois dos três aspectos.

Conceito 3 – Menciona os três aspectos corretamente.

Quesito 5.3

Conceito 0 – Não menciona corretamente nenhum dos aspectos (vii), (viii) e (ix) destacados no padrão de resposta.

Conceito 1 – Menciona corretamente apenas um dos três aspectos.

Conceito 2 – Menciona corretamente apenas dois dos três aspectos.

Conceito 3 – Menciona os três aspectos corretamente.

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Emprego adequado da linguagem	0,00 a 5,00	0	1	2	
2	Articulação do raciocínio	0,00 a 15,00	0	1	2	3
3	Capacidade de argumentação	0,00 a 15,00	0	1	2	3
4	Uso correto do vernáculo	0,00 a 5,00	0	1	2	
5	Domínio do conhecimento					
5.1	Estrutura e finalidade do COAF	0,00 a 20,00	0	1	2	3
5.2	Poder de requisição do COAF e impossibilidade de quebra de sigilo bancário	0,00 a 20,00	0	1	2	3
5.3	Compartilhamento direto de informações pelo COAF com o Ministério Público	0,00 a 20,00	0	1	2	3
TOTAL		100,00				

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL****PROVA ORAL****PONTO 7 – DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÃO 2****Excerto 1**

“Proponho-me a discutir, numa série de artigos, os interessantes tópicos que se seguem: a utilidade da União para a vossa prosperidade política — a insuficiência da atual Confederação para preservar essa União — a necessidade, para a consecução dessa meta, de um governo pelo menos tão vigoroso quanto o proposto — a conformidade da Constituição proposta com os verdadeiros princípios do governo republicano — sua analogia com vossa própria constituição estadual — e, finalmente, a segurança adicional que sua adoção proporcionará à preservação dessa espécie de governo, à liberdade e à propriedade.

(...)

Ou bem se adota a nova Constituição, ou haverá um desmembramento da União. Será útil, portanto, começar pelo exame das vantagens dessa União, os males inevitáveis e os perigos prováveis a que cada Estado estará exposto com sua dissolução. Assim, este será o tema de meu próximo artigo.” (Publius, 1787-1788)

Excerto 2

Por meio da PEC n.º 45/2019, propõe-se a unificação da tributação do consumo numa mesma base de incidência, com a substituição de IPI, PIS/COFINS, ICMS e ISS pelo imposto sobre bens e serviços (IBS). O novo tributo seria instituído por meio de lei complementar, em projeto de iniciativa do presidente da República, encaminhado para apreciação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias da promulgação da emenda à Constituição.

A partir da leitura dos textos apresentados, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Responda de que obra foi retirado o Excerto 1 e quem foram os autores que escreveram sob o pseudônimo “Publius”.
- 2 Aponte duas distinções entre Federação e Confederação.
- 3 Indique a diferença entre o Federalismo estadunidense e o Federalismo brasileiro quanto à formação histórica ou quanto à origem.
- 4 Discorra sobre a esquematização geral da repartição de competências legislativas, de competências materiais e de competências tributárias na Constituição Federal de 1988.
- 5 Responda, justificadamente, se seria possível a alteração das competências tributárias mediante eventual aprovação da PEC n.º 45/2019, mencionada no Excerto 2, no que se refere à substituição de diversos tributos por apenas um, ou se, de outro lado, a Federação implica uma imutabilidade das competências tributárias definidas pela redação original da Constituição Federal de 1988.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

4. Formas de Estado, Formas de Governo, Sistemas de Governo e Regimes de governo: tipologia e projeções constitucionais. Princípio republicano. Federalismo fiscal. 6. Constituição de 1988. Da Organização do Estado. 9. Constituição de 1988. Da Tributação e do Orçamento.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 O Excerto 1 foi retirado do Artigo Federalista n.º 1, escrito por Alexander Hamilton, e integra a obra “Os Artigos Federalistas” (“The Federalist Papers”), uma série de 85 artigos escritos, entre 1787 e 1788, por Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, sob o pseudônimo “Publius”, com o objetivo de promover a ratificação da Constituição dos Estados Unidos da América após a Convenção da Filadélfia.

2 Federação é uma das espécies de forma de Estado, e representa uma técnica de repartição territorial do poder. Confederação, por sua vez, não é, rigorosamente, uma forma de Estado, na medida em que representa uma união entre Estados soberanos. Dessa definição, decorre que os entes que integram uma Confederação, ligados entre si por um Tratado, gozam de verdadeira soberania. Por outro lado, os entes que compõem uma Federação, ligados entre si por uma Constituição, não apresentam soberania, sendo dotados, porém, de autonomia.

3 Quanto à formação histórica ou quanto à origem, a Federação estadunidense caracteriza-se como um federalismo por agregação, em que os Estados independentes os soberanos (as “Treze Ex-Colônias”) resolvem abdicar de sua soberania para agregar-se entre si e formar um novo Estado. A Federação brasileira, por sua vez, caracteriza-se como um federalismo por desagregação, na medida em que surgiu a partir do Estado unitário, previsto na Constituição Imperial de 1824, que foi descentralizado e transformado em Estado Federal com a Constituição Republicana de 1891.

4 A técnica da repartição de competências está no âmago do conceito de Federalismo. A Constituição Federal de 1988 (CF) adota uma sistemática que pode ser considerada como um Federalismo Cooperativo. Com efeito, para matérias não tributárias, tem-se o seguinte esquema organizatório: (1) todos os entes (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) possuem competências de natureza material (fazer ou cuidar concretamente de algum tema ou assunto) e de natureza legislativa (legislar sobre determinado tema ou assunto); (2) além disso, as competências podem ser enumeradas ou expressas (confiadas privativamente a um determinado ente federativo) ou podem ser compartilhadas (comungadas, de forma comum ou corrente, pelos entes federativos). No federalismo geral brasileiro, as competências que não lhes sejam vedadas pela CF são dos Estados; assim, são dos Estados as competências residuais. Por outro lado, no que se refere às competências tributárias, tem-se a seguinte esquematização geral: (1) as competências enumeradas são as espécies tributárias confiadas aos distintos entes federativos (Tributos da União constam dos arts. 148, 149, 153, 154 e 195 da CF; os dos Estados constam do art. 155 da CF; e os dos Municípios constam dos arts. 149-A e 156 da CF. Além disso, todos os entes podem instituir taxas e contribuições de melhoria (art. 145, II e III, CF), além de contribuições para custeio de regime próprio de previdência social (art. 149, § 1º, CF); (2) as competências comungadas ou compartilhadas são as normas gerais de direito tributário (art. 146, III); e, como peculiaridade, (3) a competência residual, em matéria tributária, cabe à União, não aos Estados (art. 154, I).

5 A forma federativa de Estado é uma cláusula pétrea (art. 60, § 4º, I, CF) de modo que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação brasileira. A PEC n.º 45/2019, chamada também de “PEC da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados”, ao menos no que se refere ao plano da “unificação” de tributos, não deve ser considerada, em leitura superficial, como inconstitucional. Na aferição da sua compatibilidade ou não com o resguardo da forma federativa do Estado, é necessária uma análise mais ampla, que contemple pontos como, por exemplo, (1) as prerrogativas ou atribuições de a) criar e regular os tributos; b) arrecadar; e c) administrar toda ou parte da respectiva receita; d) conceder ou não benefícios fiscais; e (2) a regulamentação de eventual alteração constitucional por meio de lei complementar, que instituirá o novo imposto, dispondo normas gerais acerca dele. Portanto, um dos pilares da forma federativa de Estado, que é a autonomia financeira dos entes federativos, pode ser resguardado para além da repartição de competências tributárias originariamente confiadas a tais entes. O pacto federativo não pode implicar uma imutabilidade das competências tributárias definidas pela redação original da Constituição Federal de 1988.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 1

Conceito 0 – Não emprega a linguagem de forma adequada.

Conceito 1 – Emprega a linguagem de forma mediana.

Conceito 2 – Emprega a linguagem de forma adequada.

Quesito 2

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 3

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 4

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 5.1

Conceito 0 – Não responde ou responde incorretamente.

Conceito 1 – Responde corretamente apenas acerca do nome da obra ou de sua autoria.

Conceito 2 – Responde corretamente tanto o nome da obra como a sua autoria.

Quesito 5.2

Conceito 0 – Não responde ou responde incorretamente.

Conceito 1 – Apresenta corretamente a noção apenas de Federação ou de Confederação.

Conceito 2 – Apresenta corretamente a noção tanto de Federação como de Confederação, sem indicar, contudo, duas diferenças entre tais conceitos/noções.

Conceito 3 – Apresenta corretamente a noção tanto de Federação como de Confederação, indicando, adequadamente, duas diferenças entre tais conceitos/noções.

Quesito 5.3

Conceito 0 – Não responde ou responde incorretamente.

Conceito 1 – Indica corretamente a origem apenas de um dos Federalismos.

Conceito 2 – Indica corretamente a origem dos dois Federalismos (federalismo por agregação, no caso estadunidense; federalismo por segregação, no caso brasileiro).

Quesito 5.4

Conceito 0 – Não responde ou responde inapropriadamente.

Conceito 1 – Responde de forma muito superficial, limitando-se a somente um dos elementos essenciais da resposta.

Conceito 2 – Responde de forma incompleta, limitando-se a apenas dois dos elementos essenciais da resposta.

Conceito 3 – Responde de forma satisfatória, indicando ao menos três dos elementos essenciais da resposta.

Quesito 5.5

Conceito 0 – Não responde ou afirma, equivocadamente, que tal alteração não seria possível (ou que a Federação pode implicar uma imutabilidade das competências tributárias definidas pela redação original da Constituição Federal de 1988).

Conceito 1 – Responde que tal alteração seria possível (ou que a Federação não pode implicar uma imutabilidade das competências tributárias definidas pela redação original da Constituição Federal de 1988), mas não apresenta qualquer justificativa.

Conceito 2 – Responde que tal alteração seria possível (ou que a Federação não pode implicar uma imutabilidade das competências tributárias definidas pela redação original da Constituição Federal de 1988), apresentando alguma justificativa alinhada com a resposta padrão.

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Emprego adequado da linguagem	0,00 a 5,00	0	1	2	
2	Articulação do raciocínio	0,00 a 15,00	0	1	2	3
3	Capacidade de argumentação	0,00 a 15,00	0	1	2	3
4	Uso correto do vernáculo	0,00 a 5,00	0	1	2	
5	Domínio do conhecimento					
5.1	Nome e autoria da obra citada no Excerto 1	0,00 a 6,00	0	1	2	
5.2	Diferenças entre Federação e Confederação	0,00 a 9,00	0	1	2	3
5.3	Diferenças entre o Federalismo estadunidense e o Federalismo brasileiro	0,00 a 15,00	0	1	2	
5.4	Esquematização da repartição de competências legislativas, materiais e tributárias pela Constituição Federal de 1988	0,00 a 18,00	0	1	2	3
5.5	Federação e possibilidade de alteração das competências tributárias	0,00 a 12,00	0	1	2	
TOTAL		100,00				

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL****PROVA ORAL****PONTO 7 – DIREITO ADMINISTRATIVO****QUESTÃO 3**

Considere a seguinte situação hipotética:

A administração pública, visando à construção de um hospital infantil, apresentou projeto básico que prevê salas lúdicas e interativas para entretenimento das crianças, além das salas a serem equipadas com todos os equipamentos médicos e cirúrgicos necessários. A administração pública pretende que o particular contratado entregue o hospital “pronto e acabado”, em condições de ser prontamente utilizado pelos profissionais da área médica e pelos usuários do serviço. Considerando a complexidade da obra, a administração pública não realizou a pesquisa de preços para obter a estimativa do valor da contratação, determinando que o orçamento será sigiloso, de modo que os interessados deverão apresentar suas propostas levando em consideração o projeto básico fornecido.

Em relação à situação hipotética apresentada, responda, de maneira fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- 1 Qual(is) o(s) possível(is) regime(s) de execução para a realização da obra?
- 2 O procedimento para adoção do orçamento sigiloso é adequado ao caso apresentado?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

15. Licitações, contratos e convênios. Lei n.º 14.133/2021 e instrumentos regulamentadores. 20. Serviços públicos: conceito, princípios, formas de prestação, classificação; concessão, permissão e autorização (Lei n.º 8.987/1995).

PADRÃO DE RESPOSTA

1) Os regimes de execução possíveis para o caso, ante a existência de projeto básico e a necessidade de o bem já estar apto ao funcionamento, são:

- a) empreitada integral (art. 6.º, XXX, Lei n.º 14.133/2021: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional); e
- b) contratação semi-integrada (art. 6.º, XXXIII, Lei n.º 14.133/2021: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto).

2) O orçamento sigiloso não significa que a administração pública pode deixar de estimar o valor da contratação. Assim, a pesquisa de preços, nos termos do artigo 23, § 2.º, da Lei n.º 14.133/2021, deverá ser obrigatoriamente realizada pela administração, que poderá ou não divulgar aos interessados, nos termos do

artigo 24 da Lei n.º 14.133/2021. Logo, a adoção do orçamento sigiloso, sem a pesquisa de preços, está equivocada.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 1

Conceito 0 – Não emprega a linguagem de forma adequada.

Conceito 1 – Emprega a linguagem de forma mediana.

Conceito 2 – Emprega a linguagem de forma adequada.

Quesito 2

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 3

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 4

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 5.1

Conceito 0 – Não identifica os regimes de execução ou identifica equivocadamente outros regimes que não os da contratação semi-integrada e da empreitada integral.

Conceito 1 – Identifica a possibilidade de utilização de apenas um dos regimes (contratação semi-integrada ou empreitada integral).

Conceito 2 – Identifica a possibilidade de utilização dos dois regimes (contratação semi-integrada e empreitada integral).

Quesito 5.2

Conceito 0 – Não responde ou responde equivocadamente que o orçamento sigiloso foi utilizado de forma adequada pela administração.

Conceito 1 – Responde corretamente que o orçamento sigiloso foi utilizado de forma inadequada pela administração, no entanto não fundamenta sua resposta.

Conceito 2 – Responde corretamente que o orçamento sigiloso foi utilizado de forma inadequada pela administração, mencionando apenas um dos seguintes fundamentos: (i) a administração pública não poderá deixar de fazer a pesquisa de preços, por imposição legal; (ii) o orçamento pode ou não ser fornecido aos licitantes.

Conceito 3 – Responde corretamente que o orçamento sigiloso foi utilizado de forma inadequada pela administração, mencionando os dois fundamentos citados no padrão de resposta.

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO		
1	Emprego adequado da linguagem	0,00 a 5,00	0	1	2
2	Articulação do raciocínio	0,00 a 15,00	0	1	2
3	Capacidade de argumentação	0,00 a 15,00	0	1	2
4	Uso correto do vernáculo	0,00 a 5,00	0	1	2
5	Domínio do conhecimento				
5.1	Regimes de execução possíveis para a realização da contratação: semi-integrada e empreitada integral	0,00 a 30,00	0	1	2

5.2	Orçamento sigiloso utilizado de forma inadequada; a administração não poderá deixar de fazer a pesquisa de preços, por imposição legal, e o orçamento pode ou não ser fornecido aos licitantes	0,00 a 30,00	0	1	2	3
TOTAL		100,00				

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL****PROVA ORAL****PONTO 7 – DIREITO EMPRESARIAL****QUESTÃO 4**

Considere a seguinte situação hipotética:

No ano de 2021, a Fazenda Nacional ajuizou execução fiscal em face da empresa X, no intuito de cobrar determinados créditos tributários inscritos em dívida ativa. No curso do feito executivo, antes de qualquer ato construtivo, houve o deferimento do processamento da recuperação judicial da empresa X. Nada obstante o novo *status* de empresa recuperanda, o juízo prosseguiu com o curso regular da execução fiscal, tendo sido penhorados os bens da empresa X.

A partir da situação hipotética narrada, observando a Lei n.º 11.101/2005, bem como a jurisprudência dos tribunais superiores, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- 1 Qual(is) a(s) finalidade(s) da recuperação judicial?
- 2 Qual(is) a(s) consequência(s) do deferimento do processamento da recuperação judicial em relação às obrigações/cobranças oponíveis ao devedor?
- 3 A conduta do juízo da execução fiscal, ao prosseguir com o feito executivo mesmo após o deferimento da recuperação judicial, foi acertada?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS**13. Recuperação judicial e extrajudicial.****PADRÃO DE RESPOSTA**

1 A finalidade da recuperação judicial é descrita no art. 47 da Lei n.º 11.101/2005, segundo o qual “a recuperação judicial tem por objetivo **(i)** viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de **(ii)** permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”, conforme o **princípio da preservação da empresa**.

2 Conforme previsto no art. 6º, incisos I e II, da Lei n.º 11.101/2005, o deferimento do processamento da recuperação judicial tem três efeitos relativos às obrigações do devedor: **(iii)** “suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime da recuperação judicial”; **(iv)** “suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência”; e **(v)** “proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência”.

3 A conduta do juízo da execução fiscal foi acertada em manter o curso regular do processo, mesmo diante do deferimento do processamento da recuperação judicial, porquanto, após a alteração da Lei n.º 11.101/2005, no que se inseriu o § 7-B no art. 6.º daquele diploma legal, **(vi)** o deferimento da recuperação judicial não obsta o prosseguimento da execução fiscal. **(vii)** Quanto aos atos construtivos, sua implementação também é possível no caso narrado, **(viii)** devendo o ato construtivo ser implementado por meio de cooperação entre os juízos da execução fiscal e da recuperação judicial, de forma a preservar os bens essenciais à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação.

QUESITOS AVALIADOS**Quesito 1**

Conceito 0 – Não emprega a linguagem de forma adequada.

Conceito 1 – Emprega a linguagem de forma mediana.

Conceito 2 – Emprega a linguagem de forma adequada.

Quesito 2

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 3

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 4

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 5.1

Conceito 0 – Não menciona nenhum dos aspectos (i) e (ii) destacados no padrão de resposta.

Conceito 1 – Menciona corretamente apenas um dos aspectos citados.

Conceito 2 – Menciona corretamente ambos os aspectos citados.

Quesito 5.2

Conceito 0 – Não menciona nenhum dos aspectos (iii), (iv) e (v) destacados no padrão de resposta.

Conceito 1 – Menciona corretamente apenas um dos aspectos citados.

Conceito 2 – Menciona corretamente apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Menciona corretamente os três aspectos citados.

Quesito 5.3

Conceito 0 – Não menciona nenhum dos aspectos (vi), (vii) e (viii) destacados no padrão de resposta.

Conceito 1 – Menciona corretamente apenas um dos aspectos citados.

Conceito 2 – Menciona corretamente apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Menciona corretamente os três aspectos citados.

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Emprego adequado da linguagem	0,00 a 5,00	0	1	2	
2	Articulação do raciocínio	0,00 a 15,00	0	1	2	3
3	Capacidade de argumentação	0,00 a 15,00	0	1	2	3
4	Uso correto do vernáculo	0,00 a 5,00	0	1	2	
5	Domínio do conhecimento					
5.1	Finalidade da recuperação judicial	0,00 a 15,00	0	1	2	
5.2	Consequências do deferimento do processamento da recuperação judicial	0,00 a 20,00	0	1	2	3
5.3	Possibilidade de prosseguimento da execução fiscal	0,00 a 25,00	0	1	2	3
TOTAL		100,00				